

AFRICANOS CENTRAIS NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

ASPECTOS E CONEXÕES

CENTRAL AFRICANS IN RIO DE JANEIRO DURING THE NINETEENTH CENTURY

ASPECTS AND CONNECTIONS

NILMA TEIXEIRA ACCIOLI | Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em História do Rio de Janeiro pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em História pela Universidade Gama Filho e em Museologia pela Universidade do Rio de Janeiro.

RESUMO

Neste estudo, procuro fazer um panorama das irmandades religiosas, sociedades beneficentes e relações familiares como formas de inserção dos africanos centrais no Rio de Janeiro oitocentista.

Palavras-chave: famílias; irmandades; sociedades; cabindas.

ABSTRACT

This study intends to provide an overview about religious brotherhoods, charitable societies and family relations as insertion forms of central Africans in Rio de Janeiro of the nineteenth century.

Keywords: families; brotherhoods; societies; cabindas.

RESUMEN

En este estudio, trato de sintetizar hermandades religiosas, sociedades de beneficencia y las relaciones familiares como formas de inserción de los africanos centrales en Río de Janeiro del siglo XIX.

Palabras clave: familias; hermandades; sociedades; cabindas

Durante mais de trezentos anos, homens e mulheres, de diferentes grupos étnicos africanos, foram desembarcados no Rio de Janeiro. O cruel processo de escravização inseria a estratégia de despersonalizá-los, restringindo suas identidades étnicas. Entretanto, muitas formas foram buscadas pela população negra – integrada por escravos, alforriados ou livres – para suplantar as exclusões impostas pelo regime escravocrata. Através de afirmações étnicas, importantes redes de solidariedade foram estabelecidas, incluindo relações familiares, irmandades religiosas e sociedades beneficentes. Assim, este estudo pretende fazer um panorama das famílias e sociedades constituídas pelos africanos centrais e seus descendentes, na cidade do Rio de Janeiro oitocentista.

Em estudo sobre famílias dos escravizados nas áreas rurais do sudeste, Slenes (2011) destaca que novos estudos historiográficos contestam a “antiga visão da vida sexual e familiar dos escravos como pouco mais que uma *desordem* cultural, ou (nas palavras de Bastide) ‘uma vasta promiscuidade primitiva’” (Slenes, 2011, p. 53, grifo do autor). O autor identifica, ao longo de seu trabalho, que as relações familiares representavam um papel substancial. Segundo ele, “o solteiro normalmente teria menos familiares com quem formar alianças de trocas seguras do que a pessoa casada, com seu acesso à rede de parentesco do cônjuge, não apenas à sua” (Slenes, 2011, p. 192). Portanto, as famílias, além de representarem um suporte emocional, possibilitavam, especialmente através de casamentos, a ampliação de oportunidades. Contudo, é relevante observar que os membros das irmandades se tornavam “irmãos”.

As irmandades e sociedades beneficentes constituíam importante elemento de inserção dos seus participantes, e as rivalidades entre sociedades formadas por africanos de outras etnias teriam aspectos de disputa entre diferentes “famílias”. Isso fica, geralmente, claro em seus estatutos, com a exclusão de pessoas de origens distintas. Segundo Flávio Gomes (2012, p. 90), havia no Rio de Janeiro “variada procedência de africanos centrais das áreas Congo norte (especialmente Cabinda e Congo) e aquelas ao norte de Angola (Cassange, Luanda, Monjolo e Rebolo)”. Ainda de acordo com o autor, de cinco africanos centrais batizados nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro, entre 1801-1830, “quatro eram classificados como cabindas” (Gomes, 2012, p. 96). Provavelmente, as várias irmandades denominadas “conga” ou “cabinda” poderiam abrigar outros africanos centrais. Em 1858, o *Correio da Tarde* publicou uma reclamação, destinada ao chefe de polícia da Corte:

No *Jornal do Comércio* de ontem apareceu um anúncio de diversos sócios da “Sociedade da Nação Conga de Beneficência” convidando os amigos e patrícios de um de seus sócios para assistirem à missa do 7º dia por sua alma. Com efeito, ontem teve lugar na Igreja do Rosário essa missa, e foi tal a concorrência de negros, que grande parte deles ficou no adro, porque o interior estava entulhado. Findo o ato, seguiu essa nuvem preta na pele, e preta pelo traje que vestia, subindo pela rua do Hospício,¹ cujos moradores

1 Atual rua Buenos Aires. Destaco que, na consulta aos periódicos, encontrei diferentes formas na grafia dos nomes próprios e das instituições.

corriam todos às janelas para presenciarem a ousadia desses cafres, e a longanimidade da polícia.

Próximo ao Campo de Santana, onde há muitas casas ocupadas pelos negros da Costa, esse enxame dividiu-se pelas portas dessas casas, tornando por esse modo bem difícil o trânsito público.

Já em tudo isto há tanto condenável que nos envergonha, entretanto, não deixaremos de falar nos pontos principais do fato.

Essa nuvem não conteria muito menos de 250 indivíduos e sendo de crer que a máxima parte deles seja escrava, fácil é de avaliar os inconvenientes que tais reuniões podem provir à sociedade.

E, sobretudo, não tendo a nossa terra negócios com reis negros, os quais e as suas tribos não passam de simples negros que na Costa d'África eram comprados por espingardas, miçangas e outras bagatelas, não sabemos que seja "nação conga", e sendo também de crer que a maior parte dos "ilustres e católicos cidadãos" a que compõem a mencionada "sociedade" sejam escravos, a existência dessa "sociedade" é certamente um epigrama completo às associações fundadas entre nós. Se o espírito de associação é oriundo das nações civilizadas, a adoção dela por indivíduos bárbaros e estúpidos é um atentado digno de severa punição, por isso que, faltando-lhes a base principal que é a civilização, as associações entre eles degeneram em conciliabutos, onde se erigem altares de "dar fortuna" e, por trás destes, o lupanar onde a prostituição afronta com a mais infame impudência a moralidade pública e a civilização do século.²

Ainda, em outra página da mesma edição do *Correio da Tarde*, havia a notícia de que "um enxame de pretos", da Sociedade de Nação Conga, entulhou a Igreja do Rosário, e observava que "assim como há sociedade da nação conga, também há, e muitíssimo numerosas, dos minas. Parece-nos que a polícia deve atentar para essas sociedades, em grande parte composta por pretos cativos".³

Naturalmente, o privilegiado expectador sabia que a igreja estava repleta e onde moravam os presentes, bem como a condição de muitos serem escravos; além disso, se mostrava bastante incomodado com a presença e atuação desses homens que constituíam a Sociedade de Nação Conga. Poderia ser um proprietário, preocupado ante a possibilidade de perder "seus escravos", ou, ainda, uma denúncia motivada pelas rivalidades étnicas? A missa e a procissão que provocaram a indignação do anônimo missivista foram anunciadas no *Jornal do Comércio*.

Miguel Antônio Dias, Benedito de Lima, José Antônio Jacomo, Domingos José de Seixas, Alexandre José Martins Militão, Thomaz Antônio da Conceição, Antônio Manoel Martins

² *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1858, p. 2.

³ *Ibidem*, p. 3.

de Oliveira, Francisco de Sousa Almeida, João Francisco de Sousa, Domingos Carvalho de Sá, Joaquim Carvalho de Sá e Francisco Luís Galião, como sócios da Sociedade da Nação Conga de Beneficência nesta Corte, agradecem a todos os amigos e patrícios do finado Francisco de Faria Bulhões que fizeram o obséquio de acompanhar os restos mortais do mesmo finado ao cemitério de São Francisco Xavier; e de novo convidam para assistirem à missa de sétimo dia, que se há de celebrar, hoje 23 do corrente, às 7 ¹/₂ horas da manhã, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, pelo repouso eterno de sua alma.⁴

Francisco de Faria Bulhões, por quem foi rezada a missa, era cabinda, faleceu com 55 anos,⁵ e a relação dos responsáveis pelo anúncio é bastante singular. Podemos começar por Miguel Antônio Dias. Em 1861, como presidente da Sociedade Beneficente de Nação Conga, Protetora da Sociedade do Rosário e São Benedito, sediada na rua do Hospício, n. 322, Dias solicitou ao governo imperial a aprovação dos estatutos da instituição e, na relação dos sócios-fundadores, constam os nomes daqueles que publicaram o anúncio da missa do cabinda Francisco.

É importante observar que, durante as pesquisas, foram encontrados homônimos. Nesse sentido, procurei identificar, nos diferentes anúncios publicados em periódicos cariocas, elementos que pudessem mostrar, de forma mais fidedigna, aqueles nomeados como sócios da Nação Conga. Em relação a Miguel Antônio Dias, temos duas possibilidades: que ele seja o proprietário do estabelecimento especializado em folha de flandres, na rua dos Latoeiros, n. 51, ou um africano falecido em 1864, aos 60 anos, e oficialmente solteiro.⁶

O fato de, em 1864, o africano Miguel Antônio Dias ter falecido não seria impedimento para ser ele o comerciante da rua dos Latoeiros. Porém, na década de 1870, através de sorteio, um Miguel Antônio Dias participou de vários julgamentos em que os acusados eram, especialmente, escravos ou negros libertos. Desse modo, fica a questão: qual deles – o africano ou o da rua dos Latoeiros – poderia ser o sócio da Sociedade Nação Conga? De qualquer maneira, sendo um ou outro, o fato é que o Miguel Dias que fez parte dessa irmandade conviveu com pessoas diretamente envolvidas com o tráfico intercontinental de africanos. Alguns anos depois, uma matéria publicada no *Cidade do Rio*, jornal de José do Patrocínio, fazendo um retrospecto sobre o movimento abolicionista, exaltava alguns indivíduos que foram importantes na causa. O reduto de ação de cada uma dessas pessoas foi denominado “quilombo”. Assim, temos:

4 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1858, p. 3.

5 *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1858, p. 3.

6 *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1864, p. 2. Destaco que Miguel Antônio Dias era um nome relativamente comum e, nos jornais, localizei várias notícias de homens com esse nome, inclusive um espanhol. Assim, foram consideradas apenas as notícias que correspondessem ao sócio da Nação Conga.

Quilombo Patrocínio

Este quilombo compreende a casa da família e as redações da *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Quando os escravizados iam a São Cristóvão lançar-se aos pés do imperador, ele dizia comovido – Homem! Eu não posso fazer estas coisas... mas vai ter com o Patrocínio... Ele mora ali perto!⁷

De acordo com o *Cidade do Rio*, outro “quilombo” importante era o do padre Ricardo, situado em uma fazenda na Penha, “mantido pelo audaz abolicionista padre Ricardo da Silva. Para ali, eram remetidos de preferência os escravizados na Corte. O padre Ricardo repartia com esses infelizes os poucos recursos que podia dispor”.⁸ Entretanto, outro “quilombo” chamava a atenção: “quilombo Miguel Dias”. “Situado em Catumbi, em casa do denodado abolicionista Miguel Antônio Dias, inolvidável iniciador da propaganda contra o torpíssimo mercado de carne de escravos importados da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão!”⁹ Portanto, é bem provável que o responsável pelo “quilombo Miguel Dias” seja o presidente da Nação Conga.

Miguel Antônio Dias e seus companheiros solicitaram, em 1861, a aprovação dos estatutos da Sociedade Beneficente da Nação Conga, Protetora da Sociedade do Rosário e São Benedito. A entidade tinha por objetivo agregar pessoas livres nascidas no Congo ou seus “filhos e filhas das mesmas nascidos neste Império e que sejam de cor preta”.¹⁰ Desse modo, tentavam proporcionar assistência aos seus pares: prestando auxílio em caso de enfermidade e cuidando de suas solturas, quando o motivo da prisão não fosse crime degradante. Entre outras medidas, ainda havia, em caso de necessidade, a decisão de custear funerais. Porém, os conselheiros votaram contra o estatuto e o consideraram discriminatório.

A expressão da nação Conga é inconveniente, por quanto se os sócios, embora africanos, continuam a residir no Império, e aí obtiveram sua liberdade, não são mais membros e nem súditos da nação Conga, e muito menos se nela já nasceram. Se ao menos dissessem – oriundos do sangue na nação Conga –, não haveria todo o vago, e inconveniente daquela expressão. Acresce a circunstância de repelir-se os próprios oriundos deste sangue, que não fossem de cor preta.¹¹

Retornando à lista dos que assinaram, em 1858, o aviso da missa do cabinda Francisco de Faria Bulhões, temos o nome de Benedito de Lima. Em outro anúncio, encontramos:

7 *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1889, p. 2.

8 Idem.

9 Idem.

10 Sociedade Beneficente da Nação Conga (1862). Acervo do Arquivo Nacional/ CODES/ 1R, caixa 531, pacote 3, documento 46.

11 Idem.

Ventura Pedro Viana e Benedito de Lima, de nação cabinda, e seus arrumadores de café da ponte do Consulado, mandam celebrar, hoje, 3 do corrente, às 8 horas da manhã, na Igreja do Rosário, uma missa pela alma do falecido, o Ilmo. sr. Teodoro Lázaro de Sá, administrador da mesa do Consulado, para o que convidam aos filhos, parentes e amigos do mesmo falecido.¹²

Ventura e Benedito eram cabindas, mas, ao que parece, possuíam uma posição diferente de “seus arrumadores de café”. O primeiro, em outubro de 1856, enviou, pelo *Paquete de Loanda*, trinta caixas de sabão para Luanda.¹³ Três dias depois, ele, sua mulher Claudina Maria Viana, um criado e os pretos forros André Francisco Franco e Baltazar Albino da Fontoura foram legitimados para obter passaporte. O destino deles era Cabinda!¹⁴ De acordo com estudos historiográficos,

parte substantiva dos africanos denominados cabindas podia ser do reino do Ngoio ou negociado pelas famílias traficantes dali que controlavam o tráfico no rio Zaire, principalmente na primeira metade do século XIX. Cada vez mais famílias de traficantes africanos Ngoio ganharam proeminência, controlando as redes do tráfico nesta região (Farias; Gomes; Soares, 2004, p. 73).

Poderia essa rede de tráfico envolver alguns dos sócios da Nação Conga? Não podemos excluir o forte indício de que alguns de seus membros estivessem envolvidos, nas primeiras décadas oitocentistas, com o tráfico de africanos centrais para o Rio de Janeiro.

Teodoro Lázaro de Sá, para quem os “arrumadores de café” mandaram rezar missa, era, desde 1843, encarregado da administração da alfândega. Sua trajetória profissional é interessante: em 1794, ele era alferes dos granadeiros fuzileiros. Porém, em 1834, foi dispensado pelo ministro da Justiça do serviço de guarda da 8ª Cia. do 1º Batalhão, por seu trabalho como escriturário na aduana. Logo depois, passou a ser feitor da alfândega até alcançar o posto de administrador. *O Grito Nacional*, em um veemente artigo, denunciava o conchavo entre traficantes de africanos, e Teodoro era acusado de ser “menino dos olhos da galegada contrabandista”.¹⁵ Observamos que, na lista da missa mandada rezar pela Sociedade da Nação Conga, em 1858, constam os nomes dos fluminenses Domingos Carvalho de Sá e Joaquim Carvalho de Sá, este falecido aos 31 anos de idade, em 1860.¹⁶ Seriam parentes de Teodoro Lázaro de Sá?

12 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1855, p. 3.

13 Despachos de Exportação no dia 12. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1856, p. 4.

14 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1856, p. 2.

15 *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, 9 de março de 1850, p. 2.

16 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1860, p. 1

No Rio de Janeiro, no século XIX, africanos centrais e seus descendentes construíram redes de solidariedade e cooperação no enfrentamento ao cativo e às dificuldades impostas por uma sociedade excludente, na busca por ascensão social de negros livres. Dessas redes, faziam parte irmandades católicas, casas de culto das religiões trazidas pelos ancestrais – mesmo que reinventadas –, agremiações musicais e outras formas de convivência.

João José Reis (1996), analisando a diversidade étnica nas irmandades negras, observa que “a história das irmandades abre uma porta à melhor compreensão da experiência negra no Brasil da escravidão” (Reis, 1996, p. 18). Evidentemente, tais organizações exerciam importante papel, inclusive na aquisição da liberdade:

O juiz e mesários da Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito fazem público, que na conformidade do § 4 do compromisso se verificou a liberdade, que em sorte saiu ao irmão José de nação cassange, escravo de d. Gertrudes Benedita de Almeida, pela quantia de 500\$ rs, pelo Cofre da Caridade, achando-se o referido irmão na posse de plena liberdade.¹⁷

Por outro lado, é importante destacar que alguns líderes de casas de culto afro-brasileiras participavam da administração de irmandades: Cypriano Abedé, famoso babalaô do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, ocupou cargos nas mesas administrativas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e na Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão. Outro exemplo foi a denúncia, feita em 1895, ao arcebispo do Rio de Janeiro, sobre a 1ª Mesa Diretora da Devoção do Bonfim, sediada na Igreja da Lampadosa. Segundo a denúncia, os integrantes eram pessoas “saídas em geral da escravidão, e tendo quase todos progenitores africanos fetichistas”.¹⁸ De acordo com o denunciante, os componentes da Mesa Diretora eram frequentadores de “casas de santo”.

Voltando à lista de sócios da Sociedade da Nação Conga de Beneficência, temos o personagem que pode ser o elo central da inserção de congos/cabindas e as ligações com o tráfico: Domingos Carvalho de Sá, o negociante sediado na Corte. Na década de 1820, Domingos mantinha uma intensa atividade comercial entre Brasil, África e Lisboa. Os navios dos quais ele era consignatário traziam, especialmente de Cabinda, grande quantidade de escravizados: em 18 de agosto de 1825, o bergantim nacional *Activo* veio de Angola com 508 escravos e 18 mortos;¹⁹ em 24 de maio de 1826, o *Polifemo*, vindo de Cabinda, desembarcou carga de 483 escravos; no dia 18 de abril de 1828, entrou no porto do Rio de Janeiro o bergantim *N. Novo Júpiter*, do rio Zaire, com 420 escravos, sendo que 18 estavam mortos;²⁰ este mesmo

17 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1837, p. 1.

18 Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Irmandade do Senhor Jesus do Bonfim e de Nossa Senhora do Paraíso. Série: Associação Religiosa, notação 43.

19 *Diário Mercantil*, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1828, p. 3.

20 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1828, p. 4.

navio, novamente de Cabinda, trouxe 448 escravos, dessa vez sem mortos.²¹ Esses são alguns dos muitos desembarques de africanos, no Rio de Janeiro, realizados por Domingos Carvalho de Sá. Ao utilizar como principal fonte os jornais cariocas, Herbert Klein (1973) estudou o tráfico de africanos no porto do Rio de Janeiro, entre 1825 e 1830, período em que eram publicadas as listas desses desembarques. O autor constatou “que os comerciantes de escravos representavam um grupo importante dentro da comunidade de comerciantes nacionais” (Klein, 1973, p. 96).

O negociante Domingos Carvalho de Sá, morador da rua São Pedro, concorreu em várias eleições para a Câmara Municipal. Em 1832, na freguesia do Sacramento, recebeu 259 votos; na de Santa Rita, 217; e na Candelária, 319, sendo o terceiro mais votado nessa freguesia.²² Por outro lado, ocupava cargos administrativos importantes na alfândega. Domingos, além de envolvido, nas primeiras décadas do século XIX, diretamente com o tráfico de escravos, possuía influência em um órgão importante: o porto por onde entravam escravos e saíam mercadorias. O estatuto da Sociedade Beneficente da Nação Conga estabelecia que os sócios fossem pessoas livres, da “nação conga” ou seus descendentes, e de cor preta. Desse modo, tomando por base o estatuto da associação, podemos compreender que o sócio Domingos fazia parte de um grupo de pretos livres – africanos e afro-brasileiros – cuja ascensão econômica passava pelo tráfico de africanos para o Rio de Janeiro.

Domingos Carvalho de Sá, na década de 1840, especializou-se no envio do café para Lisboa; por exemplo, em 1841, o *Activo*, a mesma embarcação que, anteriormente, estava envolvida no tráfico de africanos, levou, em duas viagens, 610 sacas de café para a capital de Portugal. Na década de 1840, a Mesa do Consulado da Corte – criada em 1823 com a função de administrar diversas rendas nacionais, centralizando a arrecadação, fiscalização e escrituração de vários impostos – era administrada por Teodoro Lázaro de Sá. Portanto, estar ligado a homens de tal porte poderia trazer vantagens para africanos livres, crioulos e até para escravos. Teria sido através de Domingos e Teodoro que os congos/cabindas obtiveram privilégios no concorrido mercado do café e pelo qual brigaram, em 1856, com os minas no beco do Consulado?

Outro integrante da Nação Conga era Thomaz Antônio da Conceição, morador, em 1855, da rua do Sabão. Na Irmandade dos Santos Elesbão e Efigênia, em 1868, Thomaz integrava a mesa administrativa.²³ Porém, ao que parece, ele também praticava outras religiosidades:

Faziam grande desordem à 1 hora da madrugada de ontem na casa n.101 da rua Visconde de Sapucaí, Thomaz Antônio da Conceição, José Pedro do Rosário, Jorge Gaspar, José Dias, as pretas Paula Maria Casimira, Catarina Maria Rosa, Ana Maria da Conceição, a parda Lucinda Maria da Conceição e os menores Luís de França Cardoso, Cristina Maria

21 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1829, p. 4.

22 *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1832.

23 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1868, p. 1.

da Conceição e Rosa Maria da Conceição.

Desconfiado o rodante de um motim a tal hora, e suspeitando ser aquela casa uma das muitas que por aí existem com fama de dar fortuna e que servem de coito a um sem número de negros fugidos, foi buscar reforço e cercando-a, fê-la abrir e foram presos os que aí se achavam, tendo-se evadido três dos convivas.

Levados para a polícia foram apresentados ao dr. 1º delegado, que vai proceder na forma da lei.²⁴

O africano Thomaz, que era viúvo, faleceu em 1877, com 60 anos de idade.²⁵ Os agradecimentos aos que compareceram ao seu enterro e o convite para a missa de 7º dia, no dia 30 de janeiro, na Matriz de Santana, foram feitos por Manuel José Dutra, João Francisco Salgado e Augusto Francisco de Assis.²⁶ Portanto, a partir do anúncio da missa de Thomaz, surgem novos personagens nessa intrincada rede de relações entre africanos e afro-brasileiros no cenário carioca oitocentista.

Manuel José Dutra era filho de Antônio José Dutra, exercia a profissão de barbeiro, tinha 46 anos em 1876, sabia ler, era casado e morador da rua Senhor dos Passos, n. 193. Dutra, presente na lista de eleitores que podiam ser elegíveis,²⁷ também era 1º secretário da Sociedade Feliz Aurora Musical, que funcionava na rua da Alfândega, n. 33. Essa organização, além de possuir sede própria, participava ativamente da Igreja do Sacramento e da Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão. O cônego Pessanha Baptista, do curato do Santíssimo Sacramento, ao se retirar da Corte, enfatizou o “seu dever” de agradecer à Feliz Aurora Musical por seus serviços²⁸ e, em 1862, a agremiação tocou o hino nacional nas cerimônias pelo aniversário do imperador.²⁹ As missas pelo falecimento de Dutra, em janeiro de 1880, foram mandadas rezar por essa sociedade. Entretanto, Manoel José Dutra, assim como Augusto Francisco de Assis, também era ligado à Sociedade Familiar Flor do Rosário. Em 1880, quando Dutra faleceu, também essa instituição mandou rezar missa por seu sócio-fundador.³⁰

Porém, a luta contra a escravidão envolvia também a solidariedade entre diferentes instituições abolicionistas em torno de uma causa maior: a liberdade dos escravizados. Na década de 1880, inúmeras dessas organizações foram criadas na Corte. Buscavam-se diversas práticas em benefício de homens e mulheres reduzidos à condição de “elemento servil”. Por exemplo, a Confederação Abolicionista, criada por José do Patrocínio em 1883, mandou entregar ao Clube Carnavalesco Rosário Vivo prendas que sobraram da sua quermesse, realiza-

24 *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1875, p. 2.

25 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1877, p. 2.

26 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1877, p. 3.

27 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1876, p. 4.

28 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1877, p. 3.

29 *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1862, p. 1.

30 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1880, p. 4.

da em 1884, com o objetivo de serem vendidas e para angariar fundos em prol da “libertação de escravos como pretende”.³¹ É importante destacar que algumas sociedades beneficentes negras levaram em consideração a formação educacional da população negra – escravizada ou livre. O Clube Abolicionista Guttemberg, entidade criada por tipógrafos, além de comprar alforrias, também manteve uma escola noturna.

O Clube dos Libertos Contra a Escravidão, fundado em 1881 na cidade de Niterói, também compreendia a importância do acesso à educação para a população negra – escravizada, liberta ou livre. Ou seja, era necessário instrumentalizar aqueles que vivenciaram o cativeiro e seus descendentes. Os jornais, especialmente os mais envolvidos com a campanha abolicionista, enalteciam essa ação educacional: “Fosse o exemplo imitado em todas as cidades do Império, e em breve a transformação do trabalho escravo estaria feita sem abalo social, antes com vantagem para a nossa pátria”.³² Outra medida inovadora daquela instituição era uma escola destinada a “ingênuos”, com “práticas pedagógicas inovadoras em educação infantil para os filhos de libertos e escravizados” (Pinto, 2014, p. 214). A entidade publicava anúncios solicitando ajuda financeira para viabilizar seu projeto educacional. Assim, o Clube dos Libertos de Niterói, “que tão apreciáveis resultados tem apresentado, ora libertando escravos, ora dando-lhes educação, faz apelo ao público fluminense, pedindo donativos pecuniários para a criação de oficinas, onde sejam recebidos os ingênuos”.³³

O Clube dos Libertos Contra a Escravidão conseguiu, através de doações, quermesses e rifas, comprar a liberdade de inúmeros homens e mulheres escravizados. Entretanto, a instituição usou outras formas para capitalizar recursos financeiros. Por exemplo, em 1881, Rufino Sodré Peçanha, tesoureiro do clube, foi “atrozmente injuriado”³⁴ por um comerciante de escravos. O motivo do atrito seria a acusação de que Rufino havia “ocultado” um cativo, que fazia parte de um lote vendido por Azevedo, devendo seguir para Cantagalo. Segundo os periódicos que divulgaram o ocorrido, Rufino se comprometia a não iniciar uma ação na Justiça, caso seu acusador doasse a quantia de cinco contos de réis para a caixa do Clube dos Libertos.

Naturalmente, os fundadores do Clube dos Libertos estavam inseridos em um grupo de “homens libertos” e de homens brancos que, através da imprensa e de envolvimento político, “buscaram de diferentes modos conquistar e manter seus espaços no debate público sobre os rumos do país. Indo de encontro às cotidianas práticas de ‘preconceito de cor’” (Pinto, 2014, p. 215).

Entretanto, os estatutos do Clube e o regulamento da escola noturna, que iniciou suas atividades com a aprovação da magistratura niteroiense e do chefe de polícia, não foram aprovados pelo presidente da província do Rio de Janeiro em 1882. No despacho, consta:

31 *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1884, p. 1.

32 *A Pátria*, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1881, p. 2.

33 *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 301, 1882, p. 2.

34 *Tribuna Militar*, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1881, p. 2.

Não autorizo a funcionar a associação – Clube dos Libertos Contra a Escravidão – em face de sua própria organização. Considerado que os escravos não podem fazer parte da sociedade, pactuando como se libertos fossem, com representação jurídica ante o público e os poderes do Estado, com direitos e obrigações definidas na lei orgânica da sociedade; que não adquirem pecúlio senão nos termos do art. 4 da lei de 28 de setembro de 1871 e com o destino e sob as cláusulas da própria lei, como largamente dispõe o regulamento de 13 de novembro de 1872, no capítulo 3º, nada podendo adquirir por seu trabalho e economia sem o consentimento do senhor; que as doações, legados, heranças e economias constituem a origem do pecúlio, ficando este sob a imediata vigilância do juízo de órfãos, na forma dos arts. 48 e 53 do já aludido regulamento; que as sociedades emancipadoras, como preceituam o art. 5º da já referida lei, e 69 e 70 do seu regulamento, gozam de privilégios, contraem obrigações e ficam sujeitas ao juízo de órfãos; nego a minha aprovação aos estatutos em suas disposições fundamentais contrárias à lei e ao direito.³⁵

Assim, o presidente da província do Rio de Janeiro, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, negou a aprovação dos estatutos e da escola que, poucos meses antes, havia publicado um relatório, informando possuir 84 alunos: 67 brasileiros, 13 portugueses, um africano, um alemão e um italiano. Desses alunos, de diversas profissões, 59 eram livres, 23 escravos e dois libertos.³⁶ Alguns periódicos creditavam a negativa aos estatutos a desentendimentos políticos entre o presidente da província e os fundadores do clube. Porém, o argumento usado pela autoridade – de que os escravos não podiam fazer parte da sociedade, pactuando como se libertos fossem – nos remete à proibição do estatuto da Sociedade Beneficente da Nação Conga.

Portanto, na prática, as duas negativas – dos estatutos da Nação Conga e do Clube dos Libertos – remetiam a um medo constante das autoridades em relação aos riscos que corria o regime escravocrata. Durante a segunda metade do século XIX, a associação da população negra, nos quilombos, cortiços ou espaços religiosos, era vista como um perigo às instituições. Não podemos esquecer que, entre a segunda década do século XIX e o final do período oitocentista, foram promulgadas desde a lei de proibição do tráfico intercontinental até as leis emancipacionistas. Entretanto, é importante destacar que tal preocupação não ocorreu apenas nesse período.³⁷

A Sociedade Familiar Flor do Rosário, instituição bastante atuante na Corte, realizava suas festividades no salão do largo de São Domingos. Sua diretoria, eleita para o período de 1877 a 1878, era formada, entre outros componentes, pelo presidente, Joaquim Teodoro Ferreira; o vice-presidente, Antônio Pedro da Silva; o 1º secretário, Ângelo Nicolau da Silva; o 2º

35 *Diário do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1882, p. 2.

36 *A Pátria*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1882, p. 3.

37 Ver: Gomes (1995); Moura (1985); Reis (1986).

secretário, Pedro Cardoso de Brito; e o tesoureiro, Vitorino Teodoro Ferreira.³⁸ É interessante observar que, em dois cargos relevantes da instituição, presidente e tesoureiro, estavam os irmãos Teodoro Ferreira.

Joaquim Teodoro Ferreira, no mesmo ano em que foi eleito para a presidência da Flor do Rosário,³⁹ foi indicado como segundo testamenteiro de sua finada sogra, Rita Tereza da Conceição, uma africana de 80 anos, viúva e falecida de diátese pulmonar.⁴⁰ O primeiro testamenteiro tinha sido Prudêncio Gomes de Oliveira, filho de Rita Tereza e morador da rua Senhor dos Passos, n. 19.⁴¹ Em 1876, Prudêncio estava com 40 anos de idade, era carpinteiro, viúvo, não sabia ler e declarou ser filho de Hermes Thomaz. O segundo testamenteiro, Joaquim Teodoro Ferreira, sabia ler e, em 1877, estava com 28 anos de idade, era marceneiro, casado com Deolinda, neta da falecida Rita Tereza, e morava na rua São Pedro, n. 262.⁴²

O pai do presidente da Sociedade Familiar Flor do Rosário era Frederico Teodoro Ferreira, que foi acusado, em 1874, de ter recebido do escravo Francisco, pertencente ao comendador Antônio Augusto Teixeira, a quantia de 1.000\$000. A polícia foi "na casa n. 5 do largo de São Domingos, onde reside o preto Frederico Teodoro Ferreira e tão bem fundadas eram as suspeitas, que, anteontem, indo o dr. 3º delegado dar busca na casa e encontrou a quantia, declarando Frederico que fora Francisco que lhe dera aquele dinheiro para guardar".⁴³ Na casa de Frederico, foram encontradas pelo delegado "provas materiais de que realmente se celebravam nela alguns mistérios de dar fortuna".⁴⁴

Frederico Teodoro Ferreira, em 1877, cuja filiação era ignorada, tinha 51 anos, segundo uma lista de eleitores, era casado com Teodora Vicência Ferreira, trabalhava como bordador, não sabia ler e morava na rua da Pedreira da Candelária.⁴⁵ Frederico, além de ser pai de Joaquim, que era o presidente da Flor do Rosário, tinha outros filhos: Albino Teodoro Ferreira, de 29 anos, casado, pedreiro, alfabetizado e morador da rua da Pedreira da Glória, e Vitorino Teodoro Ferreira, tesoureiro da Flor do Rosário, que se casou em 1870 com Maria Magdalena Saldanha Ferreira, com quem teve um filho, Alfredo, batizado na Matriz do Santíssimo Sacramento.⁴⁶ Vitorino também era mestre-sala da Sociedade Novo Clube dos Cavalheiros da Luva Preta e, em 1889, tornou-se presidente da Flor do Rosário.

38 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1877, p. 2.

39 A Flor do Rosário, em 1887, realizou comemorações pelo seu 30º ano no salão do largo de São Domingos. A sede da instituição ficava na rua Senhor dos Passos, n. 169, e seu 1º secretário era Eustáquio Pereira Rebouças.

40 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1877, p. 2. Em alguns periódicos, há divergências sobre se os dois testamenteiros seriam casados com filhas ou netas de Rita Tereza.

41 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1876, p. 4.

42 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1877, p. 6.

43 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1874, p. 4.

44 *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1874, p. 3.

45 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1877, p. 5.

46 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1872, p. 1.

A família Teodoro Ferreira possuía ligação com a Venerável Ordem de São Domingos Gusmão. Segundo Restier Gonçalves, na rua General Câmara, desaparecida com a abertura da avenida Presidente Vargas, havia antigo cemitério dos mulatos, da supracitada irmandade, fronteiros à capela do mesmo santo. No início do século XIX, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito encaminhou ao bispo uma proposta de que todas as congregações religiosas de pretos da cidade fossem anexadas à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Com a aprovação do bispo, a Irmandade de São Domingos, que possuía templo próprio, foi anexada, com outras instituições, à do Rosário, o que fez crescer “as divergências entre negros provenientes de diversas nações do continente africano” (Cavalcanti, 2004, p. 212). Quando Teodora Vivência faleceu, em 1883, seus familiares agradeceram aos irmãos da Irmandade de São Domingos Gusmão pelo apoio.⁴⁷ Porém, no final do século XIX, essa ordem ainda tinha problemas internos e com autoridades eclesiásticas, que insinuavam ter origem no fato de seus integrantes serem “pretos”.

Pergunta-se se as Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias não estão debaixo da imediata fiscalização do juiz provedor de capelas?

Se a resposta for afirmativa, pergunta-se: por que razão esse magistrado não faz correr ex-officio a queixa dos irmãos da Venerável Ordem Terceira de S. Domingos Gusmão contra a sua administração?

Será porque os queixosos são pretos?

A lei não será igual para todos?

Os Irmãos

Corte, 22 de novembro de 1885.⁴⁸

A trajetória dos Teodoro Ferreira mostra aspectos das famílias negras no Rio de Janeiro no século XIX e seus envolvimento com irmandades e sociedades. No caso de Frederico, um elemento chama a atenção: ele ignorava sua filiação. Isso pode significar que ele fosse africano e tenha sido traficada ainda criança ou, tendo nascido no Brasil, seus laços familiares iniciais podem ter sido perdidos através da sua venda, ainda pequeno, para outra região. Porém, essa família é um bom exemplo para percebermos que muitos negros livres construíram, através de casamentos, chances de ascensão social. Esse também parece ser o caso de Alexandre José Martins Militão, outro sócio da Nação Conga, casado, na década de 1860, com Jacinta Hilária de Sant’Anna. Com a morte da esposa, ele, como inventariante dos bens do casal, iniciou seu progresso individual. Em 1879, Militão se casou com a benguela Joaquina Teodora do Rosário. O casal residia na rua do Livramento, n. 14. Em 8 de fevereiro de 1881, Joaquina faleceu e, segundo seu atestado de óbito, ela teria entre 40 e 45 anos. Assim,

⁴⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1883, p. 4.

⁴⁸ *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1885, p. 3.

“porque sendo da África e filha de pais incógnitos”,⁴⁹ e como o casal não teve filhos, seu único herdeiro era o viúvo, que não possuía profissão declarada. No processo de inventário, consta como único bem deixado por Joaquina uma casa na rua General Câmara, n. 272, avaliada em quatro contos de réis. Após a morte da segunda esposa, Militão, morando na rua do Sacramento, iniciou a construção de um prédio na rua Getúlio.

Entretanto, ainda temos outro personagem daquela lista de 1858 em que aparecem os sócios da Sociedade da Nação Conga de Beneficência: Francisco Luís Galião. Em uma reclamação, publicada pela *Gazeta de Notícias* em 1880, consta que alguns pretos da nação Cabinda haviam fundado uma sociedade beneficente e musical. Porém, o periódico cometeu um erro sobre os fundadores, afirmando serem “minas”. Os sócios protestaram: “Foi fundada por cabinda e não por pretos minas como diz a mesma *Gazeta*”.⁵⁰ Entre os fundadores, estava Francisco Luís Galião. A notícia publicada anteriormente, registrando a criação da sociedade, é a seguinte:

No dia 2 do corrente alguns pretos minas, honrados e valentes trabalhadores, fundaram uma sociedade com o título de Nação Cabinda.

A sociedade é beneficente e musical. Logo que constituída, o primeiro ato da diretoria foi ir com os seus sócios fotografar-se nas oficinas do sr. Alberto Henschel. O grupo de dezoito pessoas forma um magnífico quadro, não só pela fidelidade da reprodução fotográfica, como pelos acessórios.

Os diretores acham-se revestidos com as respectivas insígnias.

O presidente, o sr. Francisco Luís Galião, distingue-se por um magnífico gorro bordado e por uma faixa também cheia de ornatos. Aos lados estão o secretário, o tesoureiro e o orador; em diversas posições os outros consócios.

Enfim, o quadro é muito curioso e digno de ser apreciado.⁵¹

É interessante observarmos que, ao reclamarem da identificação como “minas”, os cabin-das estavam não apenas afirmando suas identidades étnicas, mas também a conquista de espaços de trabalho e cultural na cidade. Embora os “minas” não fossem novidade na Corte, o fim do tráfico intercontinental fez crescer a vinda de escravos, especialmente do nordeste brasileiro, onde eles eram maioria.

A posse de Luís Galião como presidente da Sociedade Vida Nova União da Nação Cabinda, em 1888, foi ironizada pelo *O Tempo*, que afirmou ter sido aclamada em uma “casa de dar fortuna” e “com mil patrocínios”.⁵² Seria o irônico comentário uma alusão a José do Patrocínio, o proprietário do periódico *Cidade do Rio*, tão engajado na campanha abolicionista? Talvez, não por acaso, a Sociedade, em 1889, organizou uma passeata comemorando o primeiro

⁴⁹ Arquivo Nacional, 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro, código CG, n. 26, caixa 3.644, ano 1883, p. 34.

⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1880, p. 3.

⁵¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1880, p. 1.

⁵² *O Tempo*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1888, p. 2.

aniversário da lei, “que redimiu sua raça do cativo, resolve sair incorporada em passeata cívica no dia 13 do corrente, em homenagem à imprensa, pelo muito que cooperou para a grande obra de redenção”.⁵³ A existência da Sociedade Vida Nova União da Nação Cabinda faz parte do quadro em que os africanos e seus descendentes mantinham suas identidades e alianças. Possivelmente, essa sociedade seja a mesma que, em 1889, no *Cidade do Rio*, enquanto “associação da nação Cabinda”,⁵⁴ divulgou a missa, na Igreja do Rosário, pela alma do irmão Tomé José Rodrigues Miranda. Nesse período, ainda era presidente da instituição Francisco Luís Galião.

Em julho de 1890, a *Gazeta de Notícias* publicou que, dois dias antes, havia falecido, repentinamente, quando jantava em uma casa de pasto, na rua São José, n. 32, um indivíduo de cor preta, cujo nome era ignorado. De acordo com a notícia, o subdelegado do 1º distrito de São José remeteu o cadáver para o necrotério, onde foi reconhecido. Era o africano Francisco Luís Galião, presidente da Vida Nova União Cabinda. Ele tinha, presumivelmente, 70 anos e era morador da rua de João Caetano n. 40. O cadáver foi autopsiado pelo dr. Thomaz Coelho, médico da polícia, que constatou ter sido a morte provocada por uma apoplexia cerebral.⁵⁵ No dia 9 de julho, a Sociedade Nação Cabinda União da Vida Nova mandou rezar missa de 7º dia, na Matriz de Santana,⁵⁶ por seu presidente fundador.

Apesar da morte de Galião, ocorrida na última década oitocentista, as sociedades fundadas pelos congos/cabindas, que conviveram com o cativo no Rio de Janeiro, foram mantidas e afirmavam suas identidades a partir dos africanos centrais.

Para finalizar, podemos concluir que africanos centrais e seus descendentes, no Rio de Janeiro oitocentista, apropriaram-se das taxonomias étnicas, bem como as reinventaram, estabelecidas pelo tráfico como valorização e fortalecimento de suas identidades culturais. As sociedades criadas por aquela população negra carioca – fossem livres, libertos ou escravizados – fundamentaram-se no entendimento coletivo das individualidades africanas, fossem congos ou cabindas, e esse aspecto foi determinante para suas resistências culturais e formas de sobrevivência no cotidiano da sociedade excludente em que viviam.

Referências bibliográficas

FARIAS, J. B.; GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Primeiras reflexões sobre travessias e retornos: africanos cabindas, redes do tráfico e diásporas num Rio de Janeiro atlântico. *Textos de História*, v. 12, p. 65-105, 2004.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade do Rio de Janeiro da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

53 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1889, p. 2.

54 *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1889, p. 3.

55 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1890, p. 1.

56 *O País*, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1890, p. 5.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *Revista de História Social*, n. 19, p. 33-62, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir de registros eclesiásticos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, p. 81-106, 2012.

GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos*. Rio de Janeiro: AGCRJ, 2004.

HEYWOOD, Linda; THORNTON, John K. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*. New York: Cambridge University Press, 2007.

KLEIN, Herbert. O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro, 1825-1830. *Anais de História*, n. 5, p. 85-101, 1973.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINTO, Ana Flávia M. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. Tese de Doutorado em História – IFCH, Unicamp, Campinas, 2014.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil sudeste, século XIX*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

Recebido em 11/11/2016

Aprovado em 17/3/2017